

“AS MULHERES  
SÃO COMO  
AS ÁGUAS...  
CRESCEM  
QUANDO SE  
ENCONTRAM”:  
CONHECENDO O  
FEMINISMO NA  
PAN-AMAZÔNIA

[ ARTIGO ]

**Simone de Oliveira Mestre**

*Universidade Federal de São Carlos  
Departamento de Teorias e Práticas Pedagógicas*

**Jamyle Vanessa Costa Brasil**

*Universidade Federal de Rondônia  
Departamento de Letras*

[ RESUMO ABSTRACT RESUMEN ]

Cristalizada no imaginário social brasileiro, há uma nacionalização da Amazônia como uma área exclusiva do Brasil, invisibilizando o fato de a floresta ser um território latino e negligenciando suas características fronteiriças e multiculturais. Partindo dessa concepção, este artigo propõe uma reflexão em torno da importância dos movimentos feministas que atuam na Pan-Amazônia, buscando abordar os feminismos latino-americanos contra-hegemônicos existentes no território e a sua relação com a colonialidade do poder, à luz de uma abordagem que reconhece a existência da Afroamérica na Amazônia. Além disso, problematiza os impactos das ações e discursos colonialistas, disfarçados de desenvolvimento, sobre a vida das mulheres que vivem na Pan-Amazônia e a forma como estas articulam suas resistências.

**Palavras-chave:** Feminismos. América Latina. Colonialidade. Pan-Amazônia. Afroamérica.

Crystallized in the Brazilian social imagination, there is a nationalization of the Amazon as an exclusive area of Brazil, making invisible the fact that the forest is a Latin territory and neglecting its border and multicultural characteristics. Based on this conception, this article proposes a reflection on the importance of feminist movements that operate in the Pan-Amazon, seeking to address the counter-hegemonic Latin American feminisms existing in the territory and their relationship with the coloniality of power in the light of an approach that recognizes the existence of Afro-America in the Amazon. Furthermore, the impacts of colonialist actions and discourses, disguised as development, on the lives of women living in the Pan-Amazon and how they articulate their resistance are problematized.

**Keywords:** Feminisms. Latin America. Coloniality. Pan-Amazon. Afroamerica.

Hay cristalizada en el imaginario brasileño una nacionalización de la Amazonia como una zona exclusiva de Brasil haciendo invisible el hecho de la selva es un territorio latino y negligenciando sus características fronterizas y muticulturales. A partir de esta idea, este artículo se centra en una reflexión acerca de la importancia de los movimientos feministas que operan en la Panamazonia, buscando abordar los feminismos latinoamericanos ante la hegemonía existente en el territorio y su relación con la colonialidad del poder a la luz de un enfoque que reconozca la existencia de la Afroamérica en la Amazonia. Además, problematiza los impactos de las acciones y discursos colonialistas disfrazados de desarrollo y sus impactos en la vida de las mujeres que viven en la Panamazonia y cómo articulan su resistencia.

**Palabras clave:** Feminismos. América Latina. Colonialidad. Panamazonia. Afroamérica.

Debater os feminismos latino-americanos é desafiador, em decorrência de sua grande diversidade cultural e extensão territorial de mobilização, o que demanda exercícios reflexivos pautados na produção de "saberes localizados" (HARAWAY, 2009) que reconheçam as especificidades oriundas das trajetórias das mulheres latinas como elementos produtores de conhecimento.

Nesse sentido, este artigo tece reflexões sobre os feminismos na Pan-Amazônia, região distribuída entre nove países da América Latina – Brasil, Peru, Colômbia, Venezuela, Equador, Bolívia, Guiana, Suriname e Guiana Francesa – que em si abrigam múltiplas manifestações culturais e enfrentam diversos problemas sociais, ligados a consolidações de "megaprojetos" de desenvolvimento (hidrelétricas, hidrovias e agronegócio), configurados como marcos materiais e simbólicos da expansão do imperialismo contemporâneo, ou neocolonialismo, na região.

É importante salientar que, assim como os estudos sobre o feminismo na Amazônia brasileira, os estudos sobre o feminismo na Pan-Amazônia são escassos<sup>1</sup>. Este é raramente debatido no cenário acadêmico e político dos feminismos no Brasil, no qual nota-se um feminismo pautado nas representações das experiências oriundas

do eixo sul do país, o que, muitas vezes, silencia a voz de mulheres que lutam na região amazônica e que travam de maneiras singulares uma luta contínua contra o machismo, o imperialismo e o patriarcado.

O espaço para pensar, conhecer e dialogar com/sobre os movimentos femininos da região amazônica deve ser construído pelo movimento feminista no Brasil e na América Latina como uma tarefa desafiadora e de extrema necessidade. Essa articulação resultará em um fortalecimento do movimento feminista na América Latina, uma vez que não se pode pensar na Amazônia como um território exclusivo do Brasil.

É claro que essa tarefa se torna uma missão complexa, que necessita de um duplo olhar para as especificidades regionais, culturais e sociais, e que demanda romper com, pelo menos, duas visões cristalizadas no imaginário social: a primeira, a de que a Amazônia é um território unicamente brasileiro e desabitado; a segunda, a de que o movimento feminista é uma realidade presente e pertencente apenas às regiões Sul e Sudeste do Brasil.

Os projetos de desenvolvimento promovidos pela política de expansão do neocolonialismo na Amazônia desencadearam graves violações aos direitos humanos, como trabalho escravo, violência doméstica, tráfico humano, exploração sexual, desmatamento e violência contra as populações tradicionais, indígenas e quilombolas. Tais violações são reflexos do processo de globalização em curso, que começou com a constituição do capitalismo colonial/moderno eurocentrado

---

<sup>1</sup> É importante mencionar que estudos na Amazônia com perspectiva teórica feminista são diferentes de estudos sobre os movimentos femininos na Amazônia. A maioria deles aborda a realidade de algum grupo específico de mulheres que vivem na Amazônia e poucos se propõem a pesquisar os movimentos feministas na região.

como um novo padrão de poder mundial, que consiste num elemento da colonialidade do poder (QUIJANO, 2005).

Esses problemas sociais afetam diretamente a população feminina e tornaram-se temas importantes na pauta das agendas dos movimentos sociais na Pan-Amazônia, especialmente o movimento de mulheres. Nesse contexto de lutas sociais, pode-se encontrar na Pan-Amazônia o chamado *sidestreaming* de discursos e práticas feministas em movimentos sociais, conforme proposto por Sonia Alvarez et al. (2003). Segundo os autores, o "*sidestreaming* feminista" é representado pela proliferação dos feminismos que se espalham de forma horizontal por diversos grupos étnico-raciais, classes sociais, comunidades, regiões e arenas culturais e sociais.

O fenômeno indicado por Alvarez é encontrado em eventos como os Fóruns Sociais Pan-Amazônicos e os Encontros Sem Fronteiras, que fomentam os espaços de intercâmbio e de articulação dos povos da Amazônia e em que são debatidos os problemas sociais comuns da região, buscando a construção de estratégias coletivas de enfrentamento.

Diante desse panorama, o objetivo deste artigo é propor uma reflexão sobre o movimento feminista na Pan-Amazônia e sua luta contra a exploração e expansão dos grandes empreendimentos capitalistas na região, à luz da teoria decolonial. Porém, é necessário, antes de tudo, fazer o seguinte exercício prático: compreender algumas das especificidades da Pan-Amazônia e conhecer um pouco sobre a realidade dessas mulheres e seus feminismos.

## Os feminismos latino-americanos e a colonialidade do poder

---

O feminismo na América Latina é uma teoria contundente contra o capitalismo, estruturado no racismo e na luta de classes. Somente com o entendimento desses recortes é que as mulheres afro-latinas podem buscar a igualdade social, pois tal feminismo concede características ímpares aos modelos de vivência, às produções intelectuais e à resignificação dos fatores históricos, sociais, políticos e ambientais, visando lançar um olhar pós-colonial, com ações emancipatórias elaboradas no seio do feminismo decolonial, direcionado ao enfrentamento dos:

problemas gerados pelas relações coloniais (em que se inserem a escravidão e seus efeitos deletérios) e também para as imaginações emancipatórias elaboradas neste mundo em que a questão de raça se impôs de forma visceral. [...] Opõe-se também ao "feminismo civilizatório", que na verdade é uma faceta assumida por organismos internacionais que em geral validam políticas imperialistas sobre os países periféricos, gerando opressão de povos, sobretudo de mulheres racializadas (RIOS, 2020 p. 5).

Dessa forma, o feminismo hegemônico ou civilizatório, quando abraçado por todas as mulheres, carrega as bandeiras da liberdade sexual e conquistas no mercado de trabalho, porém já vem imbuído em um viés problemático, porque desconsidera a escravidão e a expansão imperialista sobre os povos dos continentes devastados pela exploração do homem branco, colonizador e europeu.

Em uma perspectiva diferente dos feminismos baseados em uma percepção hegemônica, os feminismos afro-latinos usam como base de sustentação a racialização, que não é evidenciada apenas por mulheres negras, como também por mulheres indígenas. Juntas, elas caminham contra a precarização do trabalho das mulheres na América Latina, em especial na Pan-Amazônia, travando uma luta contra a exploração sexual em garimpos e portos, as formas de trabalho análogas à escravidão, seja no serviço doméstico, na floresta ou no campo, entre outras problemáticas. Esses fatos representam resquícios do colonialismo nas Américas, como enfatiza Albert Memmi (1977, p. 69):

*Ao lado do racismo colonial o dos doutrinários europeus parece transparente, congelado em ideias, à primeira vista quase sem paixão. Conjunto de condutas, de reflexos adquiridos, exercidos desde a primeira infância, valorizado pela educação, o racismo colonial está tão espontaneamente incorporado aos gestos, às palavras, mesmo as banais, que parece constituir uma das mais sólidas palavras das estruturas da personalidade colonialista.*

O colonialismo perdura até o momento atual, com novas roupagens, pois, apesar de essas colônias terem passado pelo processo de independência, permanecem as relações baseadas em valores que favorecem os colonizadores, envolvendo um processo gradativo, camuflado e contínuo de colonização, forjado em uma ideologia eurocentrada que estabelece a tese de superioridade por circunstâncias e processos históricos que contribuem para a permanência do racismo.

Nos continentes americano e africano, o racismo continua vigente e conservado em suas raízes (patriarcado e exploração da mão de obra), porque seu conjunto estratégico faz com que ele permaneça, ou seja, naturalizado, aparecendo nas ações de costumes, rotinas e posturas institucionais e pessoais, conforme explica Dennis Oliveira (2021, p. 60) ao afirmar que o racismo “tenta se travestir de uma perspectiva estrutural ao essencializar o sujeito praticamente em um lugar generalizado [...] em outras palavras, o que se quer expressar como racismo estrutural não passa de concepção estruturalista do racismo”.

Percebe-se que, enquanto a análise de Memmi (1997) enfoca o estruturalismo racial do ponto de vista pós-colonial, Oliveira (2021) sinaliza os desdobramentos do racismo estrutural, coadunando em uma crítica das relações de poder baseadas em pressupostas hierarquias raciais que foram tecidas a partir da colonização e que, até os dias atuais, são impostas nos países da América Latina, em especial nas regiões da Pan-Amazônia.

Nesse contexto de poder estruturado do mundo moderno e capitalista, é possível se apoiar nas contribuições de Aníbal Quijano e Ramón Grosfoguel sobre colonialidade do poder, para entender que existe um legado do colonialismo que, perversamente, continua a legislar sobre os corpos racializados e inferiorizá-los. Por isso, é necessário entender o contexto socioeconômico e político de atuação do sistema escravocrata e apreender a continuidade do legado da herança cultural colonialista, porque a colonialidade presente nos eixos constitutivos do poder capitalista vigente é alvo central da crítica pós-colonial, que:

O velho paradigma marxista da infra – estrutura é substituído por uma estrutura histórico -heterogênea, ou “heterarquia”, ou seja, uma enredada articulação de múltiplas hierarquias, na qual a subjectividade e o imaginário social não decorrem das estruturas do sistema- mundo mas, não, isso sim, constituintes desse sistema. (GROSGOUEL, 2008, p. 393-394).

Assim, o padrão de poder tem na ideia de raça o primeiro elemento fundador do novo sistema de dominação social, iniciado na América Latina com o advento da colonização, conforme enfatiza Quijano (2005, p. 17):

Essa idéia de raça foi tão profunda e continuamente imposta nos séculos seguintes e sobre o conjunto da espécie que, para muitos, desafortunadamente para gente demais, ficou associada não só à materialidade das relações sociais, mas à materialidade das próprias pessoas. A vasta e plural história de identidades e memórias (seus nomes mais famosos, maias, astecas, incas, são conhecidos por todos) do mundo conquistado foi deliberadamente destruída e sobre toda a população sobrevivente foi imposta uma única identidade, racial, colonial e derogatória, “índios”. Assim, além da destruição de seu mundo histórico-cultural prévio, foi imposta a esses povos a idéia de raça e uma identidade racial, como emblema de seu novo lugar no universo do poder. E pior, durante quinhentos anos lhes foi ensinado a olhar-se com os olhos do dominador.

Portanto, a herança escravocrata do sistema colonialista – alicerçada nos discursos de cunho eugênico e naqueles que

fortalecem a tese de democracia racial – turva, na prática, as fronteiras de percepção dos grupos explorados, pois os discursos ideológicos colonizadores dos grupos dominantes estão naturalizados no cotidiano e enraizados na subjetividade dos indivíduos, tanto daqueles que são colonizados, quanto dos próprios colonizadores.

## Afroamérica na Amazônia

---

Compreender como se alicerçam os discursos coloniais é fundamental para o entendimento de como o lugar das mulheres negras foi historicamente talhado pelas estruturas de dominação e exploração colonialistas, que impactam suas articulações de confrontação até os dias atuais. Por isso, deve-se atentar para a realidade de exclusão das mulheres latinas, sendo necessário estabelecer críticas ao feminismo hegemônico-liberal e demarcar a importância do reconhecimento da pluralidade das trajetórias de resistência das mulheres ao patriarcado, evidenciando o reconhecimento das mulheres amazônicas como integrantes da amefricanidade:

Amefricanidade está intimamente relacionada àquelas de Panafricanismo, “negritude”, “afrocentricity” etc. Seu valor metodológico, a meu ver está no fato de permitir a possibilidade de resgatar uma unidade específica, historicamente forjada no interior de diferentes sociedades que se formam numa determinada parte do mundo. Portanto, a América, enquanto sistema etnogeográfico de referência, é uma criação nossa e de nossos



antepassados no continente em que vivemos, inspirados em modelos africanos (GONZALEZ, 1988, p. 76-77).

É nesse desdobramento metodológico que é possível a impressão de novos processos emancipatórios, que tenham um olhar decolonial que desvele a realidade das mulheres de matriz africana e indígena nas Américas.

Apoiada na premissa de que é a perspectiva decolonial que mais adequadamente oferece possibilidade de extrair a potência dessas constituições, as hipóteses aqui enunciadas partem do marco da modernidade, atrelado necessariamente ao projeto colonial-escravista imposto às Américas a partir do século XV, bem como seus traços de continuidade e as mais variadas formas de reinvenção do colonialismo (PIRES, 2018, p. 319).

O feminismo hegemônico-liberal tornou-se um braço forte do imperialismo, um movimento pautado na branquitude e em seus princípios burgueses, apresentando como pautas universais das mulheres, questões que não levam em conta a realidade das mulheres negras e indígenas. Por isso, existe a necessidade de defender um feminismo baseado na unificação entre as cosmovisões e filosofias de matrizes africana e indígena e sua resistência ancestral frente à colonialidade do poder. Dessa forma, os países da América Latina abrigam uma rica e extensa diversidade de povos, línguas, culturas, saberes e valores que são contrários ao modelo moderno ocidental e capitalista de sociedade.

O feminismo latino-americano, a partir do olhar decolonial, objetiva

romper amarras epistemológicas do feminismo hegemônico liberal, buscando desvencilhar-se de perspectivas teóricas que foram utilizadas para negar tempos-lugares da participação das mulheres latinas e africanas contra o patriarcado, a dominação de classe e o racismo. Para cimentar essa colocação, são aproximadas as contribuições de Lélia Gonzalez e Julieta Paredes.

A concepção de amefricanidade de Lélia Gonzalez (1988) pode ser utilizada como uma alternativa epistemológica ao discurso colonial, o que se pode chamar de pensamento contra-hegemônico. Este seria essencial para compreender a realidade das mulheres negras e indígenas na sua experiência em comum: o racismo latino-americano, que:

[...] é suficientemente sofisticado para manter negros e índios na condição de segmentos subordinados no interior das classes mais exploradas, graças à sua forma ideológica mais eficaz: a ideologia do branqueamento. Veiculada pelos meios de comunicação de massa e pelos aparelhos ideológicos tradicionais, ela reproduz e perpetua a crença de que as classificações e valores do Ocidente, o mito da superioridade branca demonstra sua eficácia pelos efeitos de estilhaçamento, de fragmentação da identidade racial que ele produz (GONZALEZ, 1988, p. 73).

A saída teórica apresentada por Gonzalez (1988) ao posicionar a América Latina em sua composição multiétnica por meio do conceito de latino-amefricanidade auxilia no processo de rompimento teórico com perspectivas eurocêntricas. Estas, segundo Paredes (2011), criam cortinas de fumaça que escondem e

marginalizam as formas de viver, as culturas, as histórias e ancestralidades das mulheres latino-americanas.

Para Paredes (2011), as mulheres subalternizadas pela colonialidade do poder acabam resistindo à dominação justamente por se afirmarem como protagonistas das suas próprias epistemes e evidenciarem o seu lugar e seu bem viver, contrapondo-se à dominação eurocêntrica. Por essa razão, estimular redes comunitárias de feminismo é construir caminhos para despatriarcalizar o Estado e combater o racismo e as desigualdades sociais.

É importante notar a conexão existente entre o pensamento de Lélia Gonzalez, que defende o conceito de Améfrica, e o feminismo comunitário de Julieta Paredes. Os dois olhares evidenciam o protagonismo de mulheres negras e indígenas na construção de um feminismo contra-hegemônico, centrado nos valores e saberes ancestrais africanos e indígenas e pautado na luta contra o patriarcado, o racismo e a luta de classes.

## **Colonialismo disfarçado de desenvolvimento na Pan-Amazônia**

---

A visão atualmente difundida sobre a região amazônica é comumente ligada à imagem da Floresta Amazônica. Assim, pode-se perceber uma ampla visibilização de elementos naturais, como flora, fauna, rios e clima, que evidenciam a riqueza e as potencialidades da região mundialmente conhecida como o "pulmão do mundo".

A grande valorização desses elementos atrai diversos olhares nacionais e estrangeiros, tornando a Amazônia um território no qual são protagonizadas diversas disputas políticas e econômicas.

Essas disputas de interesse são refletidas no grande número de projetos de lei, pesquisas e estudos nacionais e internacionais que têm a Amazônia como foco. Muitas vezes, essas pesquisas acabam projetando na consciência coletiva uma imagem mistificada da região, da Amazônia como uma selva, cujo território é estático, inabitado, uniforme e nacional.

Essa visão mistificada da Amazônia fortalece duas representações equivocadas sobre a realidade da região. A primeira é a cristalização no imaginário social de que ela é exclusivamente brasileira, negando que, outros oito países também compõem territorialmente e culturalmente a região amazônica, conhecida pelos movimentos sociais como a Pan-Amazônia. Já a segunda representação consiste nos discursos governamentais e acadêmicos que supervalorizam os fatores naturais e negligenciam os fatores sociais da região, invisibilizando as pessoas que lá habitam.

O processo de invisibilização das pessoas que residem na Amazônia vem acompanhado por um desconhecimento das pluralidades e especificidades locais, culturais e sociais, o que acaba camuflando todo o processo colonizador, marcado pelos inúmeros massacres aos povos indígenas, pela exploração de mulheres e homens em seringais, garimpos e fazendas, e na construção de grandes empreendimentos hidrelétricos. Esses processos de "ocupação" e "desenvolvimento" na Amazônia estão



nitidamente ligados à questão do espaço enquanto território e poder. A questão do espaço é apontada por Quijano (1993, p. 61) como decisiva da atual crise latino-americana, pois ele pontua espaço como:

A primeira e principal condição de existência de qualquer sociedade, bem como do desenvolvimento ou preservação do seu próprio padrão histórico ou identidade histórica é a legítima posse de seu próprio espaço. Sem esse espaço nenhuma sociedade poderia existir. Essa é a primeira e vital questão com que se defronta agora a América Latina [...] na realidade social, o espaço não é apenas uma categoria, e sim acima de tudo uma relação de poder.

Se a questão do espaço para Quijano é um dos assuntos mais explícitos e imediatos em toda a América Latina, para a Amazônia a questão não é diferente: o que a região tem de extensão territorial, tem de cobiçada. Os argumentos de "potência natural" impulsionam os discursos governistas e econômicos em defesa do "desenvolvimento", que, tanto no passado como no presente, giram em torno do fortalecimento de grandes empreendimentos, evidenciam os antecedentes de opressão e exploração sobre os povos da região e revelam um sistema moderno de colonização da Amazônia, perpetuado por meio da colonialidade do poder, uma vez que, conforme sinaliza Ballestrin (2013, p. 11), carrega uma dupla pretensão:

De um lado, denuncia "a continuidade das formas coloniais de dominação após o fim das administrações coloniais, produzidas pelas culturas coloniais e pelas estruturas

do sistema-mundo capitalista moderno/colonial". Por outro, possui uma capacidade explicativa que atualiza e contemporiza processos que supostamente teriam sido apagados, assimilados ou superados pela modernidade.

Se a América Latina é marcada pelas relações entre colonizador e colonizado, na Pan-Amazônia, essas características são realçadas. O colonialismo contemporâneo presente nas relações de poder na região é disfarçado dentro dos discursos desenvolvimentistas que defendem grandes empreendimentos na região, como construções de hidrelétricas, gasodutos e hidrovias. Esses empreendimentos resultam em ganhos para empresários e perdas para a população local. Como exemplo, há os impactos do complexo hidrelétrico de Santo Antônio, em Rondônia, que gerou um aumento da especulação imobiliária, tráfico de mulheres, criminalidade, violência, falta de mobilidade, desapropriação etc. Atualmente, esses mesmos impactos são reproduzidos na construção da usina de Belo Monte, no rio Xingu, no estado do Pará.

Esses efeitos influenciam as relações de poder, que, por sua vez, influenciam a identidade das pessoas – aqui, se deve compreender identidade como "um fenômeno de relação e categoria e não apenas uma qualidade de certa pessoa, grupo ou sociedade" (QUIJANO, 1993, p. 63). Em síntese, o colonialismo na Amazônia não apenas legitima o uso do poder em favor dos grandes empreendimentos, como controla as identidades racial, de gênero, de sexo e política dos sujeitos que habitam a região.

## Encontros e bandeiras das lutas dos feminismos na Pan-Amazônia

Em resistência aos processos desencadeados pelo colonialismo contemporâneo citado anteriormente, existem vários movimentos e grupos sociais que denunciam e lutam contra tais processos de dominação. Entre esses grupos de resistência, são destacados o Movimento Articulado de Mulheres na Amazônia (MAMA), o Instituto de Mulheres Negras do Amapá (IMENA), a União das Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira (UMIAB), entre outros, que vêm levantando diversas bandeiras que fortalecem a luta feminista e podem fornecer elementos para a reflexão pós-colonial e decolonial na América Latina.

Diante desse cenário político, é pertinente nomear as ativistas que atuam nesses movimentos como feministas, dado que, a partir do momento que uma mulher luta, de qualquer forma, pelo empoderamento das mulheres e pela libertação dos padrões opressores baseados em normas de gênero, ela é uma feminista.

A frase "As mulheres são como as águas... crescem quando se encontram", incluída no título deste artigo, também abre a chamada para a participação nos encontros que acontecem na Amazônia e traduz com precisão os resultados de tais encontros para o fortalecimento do feminismo na Amazônia. Essas mulheres acreditam que a consolidação do movimento não representa apenas o avanço feminino, mas o de toda a região.

O movimento feminista vem denunciando as constantes violações aos direitos

humanos cometidos pelo Estado brasileiro na região amazônica, reforçando seu modelo opressor e capitalista, que tem como alvo privilegiado de suas ações as parcelas mais pobres da população brasileira e, em especial, as populações negra e indígena.

Entre as diversas bandeiras de luta das mulheres feministas na Amazônia, podem ser destacadas as seguintes: 1. A mobilização da crítica ao que está acontecendo na região; 2. A denúncia do avanço do conservadorismo e das ameaças e violações aos direitos sexuais e reprodutivos, do cerceamento da liberdade das mulheres sobre seus corpos; 3. A contribuição para a visibilização das alternativas propostas pelas mulheres, considerando também a questão do cuidado e dos modos de vida sustentáveis; e 4. A promoção de debates sobre as correntes de pensamento "ecofeministas" e do "feminismo da transformação" (anticapitalista, antipatriarcal e antirracista).

Como mencionado, a região da Pan-Amazônia tem sido palco privilegiado de intervenções desenvolvimentistas neocoloniais, que, para o movimento feminista, colocam em risco a autonomia e o controle das mulheres sobre seus próprios corpos, sua participação nos espaços decisórios e seu acesso ao trabalho digno, aos recursos financeiros e aos bens comuns.

Eventos como os Encontros Sem Fronteiras, que acontecem nas fronteiras da Pan-Amazônia e são preparatórios para o Fórum Social Pan-Amazônico (FSPA), bem como as sete edições do FSPA e as Conferências Estaduais e Nacionais de Políticas para Mulheres, tornaram-se espaços relevantes para debater e traçar estratégias políticas que visam atender

as demandas específicas das mulheres da Amazônia. Esses espaços são marcados, ainda, pela disputa e pelo embate político. Tais acontecimentos são relatados por Sonia Alvarez et al. (2003, p. 569), também em relação aos encontros feministas latino-americanos e caribenhos:

Os encontros, como os próprios feminismos, são espaços não só de solidariedade e expansão, mas também de conflito e de exclusão, de negociações e renegociação. Essa dinâmica não se dá no vácuo, mas sempre reflete o contexto de mudanças políticas e econômicas na qual os feminismos se desenvolvem.

Os encontros referidos são eventos considerados hoje pelo movimento de mulheres da Amazônia como agendas fundamentais para integração total dos países e Estados da Pan-Amazônia. Essa agenda é extremamente desafiadora, uma vez que é intensamente complexo articular a participação dos mais diversos movimentos feministas nos encontros, considerando que vencer as barreiras geográficas e logísticas na Amazônia é praticamente impossível diante da escassez de financiamento. Além disso, diferentemente dos movimentos feministas das demais regiões do Brasil, as mulheres na Amazônia ainda enfrentam barreiras de acesso às tecnologias de comunicação que poderiam facilitar suas mobilizações.

Nos encontros mencionados, podem ser identificadas diversas experiências vivenciadas por mulheres de diferentes etnias e raças, além das mais variadas categorias de trabalho, como: extrativistas, coletoras, quebradeiras de coco babaçu, pescadoras, artesãs, agricultoras, parteiras,

rezadeiras e curandeiras, contadoras de histórias, educadoras populares, entre outras. Essas experiências são compartilhadas em um espaço destinado à socialização das histórias de vida das ativistas dentro da metodologia dos encontros, por meio de dinâmicas coletivas que integram essas mulheres e suas diferentes histórias e contribuições.

O uso dessas dinâmicas e o reconhecimento de outras linguagens (como os tambores, performances e músicas) rompem com a visão colonizadora e eurocêntrica da história oficial e valorizam a subjetividade dessas mulheres. A partir da reflexão sobre os interesses comuns, do reconhecimento e da valorização da diversidade, é possível construir um processo sólido de empoderamento das mulheres da Pan-Amazônia sobre sua história de vida e sua luta diária.

## Considerações finais

---

Considerando os desafios geográficos, a população e as dificuldades de comunicação presentes na região amazônica, a movimentação de mulheres na região representa um quadro estratégico de fortalecimento do feminismo não apenas no Brasil, mas em grande parte da América Latina, considerando que a região faz fronteira com diversos países, nos quais já foi estabelecido um espaço de debate por meio dos Encontros Sem Fronteiras e do Fórum Social Pan-Amazônico.

Porém, no contexto do feminismo brasileiro, nota-se um grande silêncio

sobre as lutas das mulheres na Amazônia. A expressão "*Recoeciendo las superficies de nuestras hendiruas*" – utilizada por Karina Bidaseca (2013) para assinalar como o feminismo ocidental silenciou as mulheres negras, mestiças e indígenas – pode ser adaptada para "Reconhecendo as fendas do feminismo brasileiro", apontando a lacuna do desconhecimento acadêmico e social sobre os ativismos feministas na Amazônia.

Diante do que foi apresentado, percebeu-se o quanto o movimento feminista na Pan-Amazônia busca empiricamente formas de romper os alicerces da matriz da colonialidade do poder, que são o controle da economia, autoridade, natureza e recursos naturais, gênero e sexualidade, subjetividade e conhecimento. Diante disso, têm-se elementos indispensáveis para incorporar as reflexões dos movimentos sociais nos estudos decoloniais e pós-coloniais, sobretudo nos estudos feministas que se pautem em reflexões que abranjam as subjetividades coletivas e englobem a nossa constituição plurirracial enquanto afro-latino-americanos. ■

[ SIMONE DE OLIVEIRA MESTRE ]

Graduada em Ciências Sociais pela Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), mestre em Antropologia Social na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e doutoranda em Sociologia também na UFMG. Atualmente, é professora substituta de Ciências Sociais da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG).  
E-mail: simoneoliveiramestre@gmail.com

[ JAMYLE VANESSA COSTA BRASIL ]

Licenciada em Geografia em 1999 pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR), mestranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários da mesma instituição e graduanda no curso de Letras – Língua Portuguesa pela Faculdade Educacional da Lapa (FAEL), com pesquisas focadas em gênero, negritude, Amazônia e América Latina.  
E-mail: jamyleeducadora@gmail.com

## Referências

---

ALVAREZ, Sonia E. Ambivalent engagements, paradoxical effects: Latin American feminist and women's movements and/in/against development. In: VERSCHUUR, Christine; GUÉRIN, Isabelle; GUÉTAT-BERNARD, Hélène (ed.). **Under Development: Gender. Gender, development and social change**. London: Palgrave Macmillan, 2014. p. 211-235.

ALVAREZ, Sonia E. et al. Encontrando os feminismos latino-americanos e caribenhos. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 541-575, 2003. DOI: 10.1590/S0104-026X2003000200013.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, DF, n. 11, p. 89-117, 2013. DOI: 10.1590/S0103-33522013000200004.

BIDASECA, Karina. Reconociendo las superficies de nuestras hendiduras. Cartografiando el Sur de nuestros feminismos. In: BIDASECA, Karina; DE OTO, Alejandro; OBARRIO, Juan; SIERRA, Marta (comp.). **Legados, genealogías y memorias poscoloniales en América Latina: escrituras fronterizas desde el Sur**. Buenos Aires: Ediciones Godot, 2013. p. 229-260.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, 1988. Disponível em: <https://bit.ly/3TGI7sz>. Acesso em: 27 dez. 2023.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GROSFOGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 80, p. 115-147, 2008. DOI: 10.4000/rccs.697.

GROSFOGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. In: MENESES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2008. p. 455-491. DOI: 10.4000/rccs.681.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 5, p.7-41, 2009. Disponível em: <https://bit.ly/41Dkfbe>. Acesso em: 27 dez. 2023.

MEMMI, Albert. **O retrato do colonizado precedido de retrato do colonizador**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MENESES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010. DOI: 10.4000/rccs.681.

PAREDES, Julieta. **Una sociedade em estado y com estado despatrarcalizados**. Cochabamba: Diciembre, 2011.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Entre América e Abya Yala – tensões de territorialidades. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v. 20, p. 25-30, 2009. DOI: 10.5380/dma.v20i0.16231.

OLIVEIRA, Dennis de. **Racismo estrutural**: uma perspectiva histórico-crítica. São Paulo: Dandara, 2021.

PIRES, Thula. Por um constitucionalismo latino-americano. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón (org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: MENESES, Maria Paula (orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 84-130. DOI: 10.4000/rccs.681.

QUIJANO, Aníbal. Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 55, p. 9-31, 2005. DOI: 10.1590/S0103-40142005000300002.

QUIJANO, Anibal. A América Latina sobreviverá? **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 7, n. 2, 1993. Disponível em: <https://bit.ly/4aE9UzK>. Acesso em: 27 dez. 2023.

RIOS, Flávia. **Prefácio**. In: VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial**. São Paulo: Ubu, 2020. 5p.

SARTORE, Anna Rita; SANTOS, Aline Renata dos; SILVA, Camila Ferreira da. Tecendo fios entre o feminismo latino-americano decolonial e os estudos pós-coloniais latino-americanos. **Interritórios**, Caruaru, v. 1, n. 1, 2015. DOI: 10.33052/inter.v1i1.5011.

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial**. Tradução de Jamille Pinheiro e Raquel Camargo. São Paulo: Ubu, 2020.